Revista Espaço Acadêmico – n. 212 – Janeiro/2019 – mensal
ANO XVIII – ISSN 1519.6186

RESENHA
BOITO JR. Armando. **Reforma e crise política no Brasil:** os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

Os conflitos entre as frações burguesas e a crise do lulismo

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*

Cresce o debate acadêmico acerca dos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a crise político-econômica e o golpe parlamentar de 2016. Novos e densos trabalhos se dedicam a explicar a conjuntura recente para além da polarização e do senso comum[1]. O recente livro do cientista político Armando Boito Jr, professor da Unicamp, é mais um a ampliar o necessário debate sobre o tempo presente. O livro *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT* foi publicado em 2018, em uma parceria das editoras da Unicamp e da Unesp, contém 11 capítulos e 01 apêndice. Trata-se da reunião de artigos já publicados pelo autor em revistas acadêmicas entre 2007 e 2017 com outros textos inéditos.

O enfoque teórico da análise está ligado à tradição marxista que vincula a política à economia e aos conflitos de classe na sociedade. O autor divide a grande burguesia brasileira em duas frações: "interna" que reúne setores variados como industriais, bancos, setores do agronegócio e construção civil, unidos pelo temor de serem engolidos pelos grupos estrangeiros e, por isso, demandam proteção do Estado. E a fração "associada/integrada" ao capital estrangeiro, seja ele industrial ou financeiro. Boito Jr recusa pensar a burguesia como um bloco de interesses homogêneos, mas sim dividida em frações, de modo flexível e instável.

Por conceber o Estado como uma entidade a serviço da classe capitalista, o autor parte do conceito de "bloco no poder" de Nico Poulantzas, para pensar a relação das frações da classe burguesa em seus tratos com o Estado e a sociedade. O bloco no poder é composto apenas pelas frações das classes dominantes, que se revezam na posição central no bloco do poder, sendo uma delas sempre hegemônica.

Nos governos FHC, a grande burguesia associada ao capital financeiro internacional foi a fração hegemônica no bloco do poder e beneficiada pelas políticas daquele governo: redução do papel do Estado, pouco desenvolvimento industrial, menor crescimento econômico e redução dos direitos trabalhistas. Enquanto o ataque aos direitos dos trabalhadores assegura

[1] Indico dois trabalhos: "Valsa brasileira: do boom ao caos econômico" de Laura Carvalho e "O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)" de André Singer.

o apoio de todas as frações burguesas ao modelo neoliberal, os demais elementos geram divisões e disputas. A fração burguesa interna fez várias críticas à política econômica de FHC.

O governo Lula promoveu uma complexa operação política que permitiu à grande burguesia interna alterar sua posição no bloco no poder e se tornar a fração hegemônica. As políticas do lulismo são conceituadas por Boito Jr como "neodesenvolvimentistas", ou seja, é o desenvolvimentismo possível na conjuntura neoliberal que propicia o crescimento econômico com alguma distribuição de renda: a recuperação do salário mínimo e as políticas de transferência de renda impactaram no comércio interno; mais recursos do BNDES para o desenvolvimento industrial; política externa de apoio às grandes empresas; política econômica anticíclica e incremento nos investimentos estatais.

Porém, como argumenta o autor, o capitalismo brasileiro tem dependido da participação política das classes populares para se desenvolver. O lulismo é a formação de uma frente neodesenvolvimentista que une a grande burguesia interna aos trabalhadores urbanos, a baixa classe média, o campesinato e a massa de trabalhadores desempregados, subempregados, precarizados ou trabalhando por conta própria. O crescimento econômico no lulismo trouxe emprego e renda para esta parcela que, embora participe da frente, não detêm o seu controle.

Como toda frente heterogênea, a neodesenvolvimentista estava eivada de contradições internas: a grande indústria e o sistema bancário nacional querem proteção do Estado, mas dividem-se sobre as taxas de juros; setores do agronegócio querem abertura ao mercado externo, mas para isso é preciso uma contrapartida de abrir o mercado brasileiro aos manufaturados estrangeiros, o que desagrada a grande indústria; o campesinato quer reforma agrária, o agronegócio não; os trabalhadores querem melhores salários e direitos, os industriais não. Embora poucas, as concessões sociais dos governos petistas são motivos de insatisfação na burguesia, que os considera gastos excessivos do Estado. É difícil encontrar o equilíbrio necessário para manter a frente enquanto a fração burguesa associada ao capital internacional e dirigida partidariamente pelo PSDB procura fomentar rachas e atrair os setores descontentes.

Boito Jr mostra que, entre 2011 e 2012, Dilma Rousseff atuou para acelerar o neodesenvolvimentismo, o que despertou forte reação do capital internacional e de sua fração burguesa associada no Brasil. Inicia-se uma ofensiva restauradora contra o governo: agências de risco, imprensa, partidos de oposição e alta classe média superlativam as denúncias de corrupção e o perigo da inflação em busca de algum apoio popular. A crise político-econômica exacerbou as contradições internas da frente neodesenvolvimentista e setores dela oscilaram para o campo neoliberal. Quem provocou a crise não foram os setores populares, mas a ofensiva neoliberal que elegeu Guido Mantega, o grande inimigo enquanto a imprensa martelava o discurso de que era preciso reduzir o Estado.

O livro dedica grande atenção à participação da alta classe média no processo que resultou na deposição de Dilma Rousseff via golpe parlamentar em 2016. Esta fração de classe age por

dentro do Estado, no Poder Judiciário que tem a função social de manutenção da lei e da ordem elitista na sociedade capitalista. O Judiciário, cujos membros julgam-se possuidores de destacado mérito individual, assumiu posição militante contra a política social do PT, vista como ameaça a sua posição de classe – as "reservas de mercado" para seus filhos nas universidades e concursos públicos, os direitos das empregadas domésticas, a presença constante de trabalhadores em espaços até então exclusivos da alta classe média. Não à toa, que os focos principais da Lava Jato foram o BNDES, a Petrobras e a burguesia ligada à construção civil, fundamentais para a política neodesenvolvimentista do lulismo, somados ao foco seletivo no PT e desprezo às denúncias que diziam respeito ao PSDB. O discurso contra a corrupção tem a função ideológica de esconder os reais objetivos.

Outra questão relevante que perpassa o texto é o motivo que levou Dilma e o PT a serem abandonados pelos setores sociais beneficiados pela política neodesenvolvimentista. No conflito distributivo do cenário de crise econômica, a fração burguesa interna via nas concessões sociais do PT um preço alto demais e preferiu se aliar à fração burguesa neoliberal. Os trabalhadores e camponeses sindicalizados sentiram-se traídos pelo ajuste fiscal de Dilma e tiveram pouca capacidade de reação. A massa de trabalhadores precarizados é historicamente uma parcela que pouco intervém na luta política e o PT, em vez de organizá-los e mobilizá-los, preferiu atuar no campo do "neopopulismo", uma base eleitoral passiva.

No novo bloco no poder formado pelo governo Michel Temer, a fração burguesa associada ao capital internacional voltou a ocupar posição dominante, como nos anos 1990, enquanto a grande burguesia interna convenceu-se da necessidade de um ajuste fiscal que poupe seus próprios negócios e penalize os trabalhadores. Como escreve o autor, o livro indica uma particularidade da história política brasileira: os ensaios de reformas sociais, ainda que modestos, começam com certo apoio de setores da burguesia, mas "acabam em pouco tempo, despertando as forças mais conservadoras da sociedade e provocando crises políticas de tipos variados" (2018, p. 15) como em 1954 e 1964.

Esta resenha pretendeu apontar as teses e hipóteses centrais trabalhadas por Boito Jr. O leitor que se interessar pelo livro, encontrará uma série de dados, detalhes, fontes, debates e argumentos para melhor compreensão da crise política, econômica e social do Brasil atual. O conflito não é entre as visíveis personalidades políticas ou partidárias, mas entre frações burguesas que se aproximam ou rivalizam, formam parcerias e frentes políticas com partidos e setores da sociedade civil organizada, a depender da correlação de forças no conflito entre dois modelos de desenvolvimento econômico: neoliberalismo e neodesenvolvimentismo.

Recebido em 2018-11-14
Publicado em 2019-01-06

* **CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME** é Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).